

Banco não conta créditos ao País

Nova Iorque — Dois grandes bancos norte-americanos - Bank of America e J.P. Morgan — decidiram não considerar em seus balanços os juros de seus créditos ao Brasil, num total de 3,2 bilhões de dólares.

Segundo a lei norte-americana, os créditos não pagos ao final de 90 dias devem ser classificados normalmente como empréstimos não rentáveis. A decisão dos bancos norte-americanos, a primeira deste tipo, indica sua convicção de que as negociações com o Brasil devem se prolongar.

Em Brasília, o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, qualificou de "estranha" a informação divulgada pela agência noticiosa internacional "Reuters" de que o Bank of America e o Morgan Guaranty Trust, ambos dos Estados Unidos, decidiram discriminar a dívida brasileira de, respectivamente, US\$ 1,9 bilhão e US\$ 1,3 bilhão, já no fechamento do balanço do primeiro trimestre deste ano. O Banco Central já pediu esclarecimentos e detalhes da posi-

ção de dois dos principais credores brasileiros aos seus representantes em Nova Iorque.

"Não há razão alguma para os bancos credores lançarem, agora, a dívida brasileira em regime discriminatório, quando o Brasil reitera a disposição e prepara o início das negociações", afirmou o diretor do Banco Central. Mas Eduardo de Freitas observou que cada banco tem o direito de adotar as medidas de cautela que julgar convenientes.

Segundo ele, ainda não se trata de colocar os créditos brasileiros como de curso normal — "non-performing" — e sim de contabilização dos mesmos como "non-accrual". De acordo com o esclarecimento de Eduardo de Freitas, os empréstimos ao Brasil saem, no "status de non-accrual", do regime de competência para "o regime de caixa, com a incorporação da receita apenas quando do ingresso efetivo dos juros a receber".

O diretor do Banco Central reiterou que se trata de "medida de cautela e não de pressão", uma decisão de caráter técnico. Em sua

opinião, o Bank of America e o Morgan procuraram evitar, no caso de confirmação da notícia da "Reuters", inflar a receita, com a contabilização de receita, como de praxe, na data de vencimento. Com o regime de caixa, os bancos só lançam a receita quando o dinheiro entra.

O presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, de 58 anos, recebeu do vice-presidente de Operações Internacionais do banco, Adroaldo Moura da Silva, a informação de que a rolagem dos créditos de curto prazo continua "acima da expectativa", após o término do comprometimento dos bancos credores com a manutenção do US\$ 10 bilhões de linhas comerciais e US\$ 5 bilhões de depósitos interbancários.

Segundo Calazans, todos os vencimentos têm sido renovados. Por cautela, os bancos credores apenas encurtaram os prazos para a média de 30 dias, à espera da evolução da renegociação global da dívida externa brasileira e, em consequência, da suspensão da moratória parcial, vigente desde 20 de fevereiro último.